



20 DE MARÇO DE 2023 – 10h30min.

Presentes: Presidente João Carlos Gomes, Vice-Presidente Clemencia Maria Ferreira Ribas e Conselheiros(as) Ana Seres Trento Comin, Christiane Kaminski, Décio Sperandio, Fabiana Cristina de Campos, Fátima Aparecida da Cruz Padoan, Flávio Vendelino Scherer, Gilmara Ana Zanata, Jacir José Venturi, Maria das Graças Figueiredo Saad, Mário Cândido de Athayde Júnior, Marise Ritzmann Loures, Marli Regina Fernandes da Silva, Meroujy Giacomassi Cavet, Oscar Alves, Ozélia de Fátima Nesi Lavina, Rita de Cassia Moraes e Silvana Avelar de Almeida kaplum.

**I – Expediente**

- a) avisos e comunicações;
- b) indicações e proposições.

**II – Ordem do dia**

Presença da Chefe do Departamento de Governança de Dados Educacionais, Fernanda Paula Evangelista, que fará uma abordagem sobre o funcionamento do Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE).

**III - Outros assuntos**

1 A 2.<sup>a</sup> (segunda) Reunião Ordinária do Conselho Pleno, referente a 5.<sup>a</sup> (quinta) sessão foi  
2 realizada no dia 20 de março de 2023, às 10h30min, com a presença dos  
3 Conselheiros(as) supracitados e servidores do Conselho Estadual de Educação do  
4 Paraná (CEE/PR). Iniciando a Sessão, o **Presidente do CEE/PR, Conselheiro João**  
5 **Carlos Gomes**, agradeceu a presença de todos(as), fez a chamada nominal dos  
6 Conselheiros(as) e constatou o número regimental necessário para iniciar a Sessão. Na  
7 sequência, comunicou sobre a presença da Chefe do Departamento de Governança de  
8 Dados Educacionais da Secretaria de Estado da Educação (SEED), Fernanda Paula  
9 Evangelista, que fará uma abordagem sobre o funcionamento do Sistema Estadual de  
10 Registro Escolar (SERE), e do Coordenador de Registros daquele Departamento, Flavio  
11 de Melo Faversoni. Com a palavra, **Fernanda de Paula Evangelista** informou que o  
12 SERE é disponibilizado para todas as redes municipais e Estadual de Ensino. Além disso,  
13 46% da Rede Privada também utiliza o Sistema. Relatou que as grandes instituições de  
14 ensino da Rede Privada não aderiram ao uso do Sistema porque querem mudar alguns  
15 dados, o que não é possível em decorrência do robusto sistema de segurança que possui,  
16 em consonância com a Lei Geral de Proteção de Dados. Frisou que desde 2017 não  
17 houve nenhum registro de invasão ao SERE. Nele, estão disponíveis registros sobre  
18 transporte escolar, bolsa família, nutrição escolar etc. Comentou que na aba estrutura, em  
19 Sistema de Avaliação, tem todos os cursos autorizados pelo CEE/PR. Ressaltou que

20 existem todos os cadastros possíveis até o momento e citou que o Sistema de Avaliação  
21 é definido pelas escolas e que a Educação de Jovens e Adultos é caracterizada como  
22 semestral. Com a palavra, a **Conselheira Meroujy Giacomassi Cavet** disse que está  
23 sendo realizado um trabalho referente ao repasse do Fundo de Manutenção e  
24 Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação  
25 (Fundeb). Comentou que não há o registro de matrícula de cursos profissionalizantes no  
26 Paraná. Disse que as escolas têm acesso ao Educacenso, mas não ao SERE, por  
27 questão de segurança. Nesse sentido, questionou se é possível migrar os dados do  
28 SERE para o Educacenso, pois as escolas não registram todas as informações no  
29 Educacenso. Sobre isso, a Chefe do Departamento de Governança de Dados  
30 Educacionais da Secretaria de Estado da Educação, **Fernanda Paula Evangelista**,  
31 informou que todos os dados são migrados para o Educacenso, inclusive a planilha do  
32 Fundeb é feita com base nessa ferramenta do Censo Escolar. Informou que não foram  
33 inseridos dados referentes à Educação Profissional para o estado do Paraná por constar  
34 como Ensino Médio. Nesse sentido, a **Conselheira Meroujy Giacomassi Cavet** disse  
35 que precisa rever essa situação para não prejudicar o repasse de verba por aluno.  
36 **Fernanda Evangelista** informou que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
37 (FNDE) possui metodologia de filtragem diferenciada. Outra situação é que as  
38 Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) constam como organizações  
39 não-governamentais (ONGs). A **Conselheira Meroujy Giacomassi Cavet** informou que  
40 encaminhará uma planilha com os dados levantados e colocou o gabinete do Senador  
41 Flávio Arns a disposição para ajudar no que for necessário. O **Conselheiro Oscar Alves**  
42 questionou sobre o que há no SERE que não há no BI. Em resposta, **Fernanda**  
43 **Evangelista** comentou que no BI é possível consultar os dados a partir de cada Núcleo  
44 Regional de Educação (NRE), pelo município, pelo nome da escola. Nesse sentido, o  
45 **Conselheiro Oscar Alves** traçou um paralelo como se o BI fosse o “sistema mãe” que  
46 alimenta o SERE, ou seja, tudo o que consta no BI é oriundo do SERE. Após, o referido  
47 Conselheiro lembrou que o CEE/PR atende a três tipos de rede: Pública Estadual (com  
48 exceção de 20 municípios que possuem Sistema Próprio de Ensino), Pública Municipal e  
49 a Rede Particular. Assim, o Conselho precisa ter acesso a esses dados. De acordo com a  
50 **servidora Cassia Aparecida Arantes Soares Stein**, o acesso do Conselho é apenas aos  
51 atos regulatórios (vida legal da instituição), pois foi retirado o acesso para consultar a  
52 matriz curricular. Nesse sentido, **Fernanda Evangelista** informou que em 2017 foi  
53 definido pelo próprio Conselho Estadual de Educação quais eram os acessos que  
54 deveriam ser consentidos. A **Conselheira Marli Regina Fernandes da Silva** questionou  
55 até que ponto uma empresa particular pode interagir com dados do censo. **Fernanda**

56 **Evangelista** esclareceu que apenas o titular responsável pelos dados da mantenedora  
57 pode ter acesso. Informou que o IP da máquina é registrado e os dados são  
58 disponibilizados. O **Conselheiro Flávio Vendelino Scherer** ressaltou sobre a  
59 necessidade de constarem no Sistema também os distritos e não apenas os municípios,  
60 citando como exemplo o distrito de Vila Nova, jurisdicionado ao município de Toledo.  
61 Sobre isso, **Fernanda Evangelista** esclareceu que segue as Diretrizes Nacionais no que  
62 tange a constar somente os municípios. O **Conselheiro Oscar Alves** informou que a  
63 Deliberação CEE/CP n.º 03/2013 será reformulada. Assim, considera importante a  
64 participação da Fernanda Evangelista em algumas reuniões do Grupo de Trabalho (GT).  
65 O **Conselheiro Décio Sperandio** informou que a SETI fará um BI para o Ensino Superior,  
66 sendo necessário verificar quem alimentará o sistema. A **Conselheira Marli Regina**  
67 **Fernandes da Silva** comentou que o BI pode ser aberto para os municípios e que seria  
68 de grande valia se as redes particulares utilizassem. O **Conselheiro Oscar Alves**  
69 ressaltou que muitos Conselheiros acessam o Censo e os dados são diferentes. Sobre  
70 isso, **Fernanda Evangelista** explicou que os dados realmente serão diferentes, em  
71 decorrência da data de corte, que ocorre sempre na última quarta-feira do mês de maio, e  
72 por ser possível registrar alunos matriculados e que estejam frequentando a escola. Com  
73 essa informação, o **Conselheiro Oscar Alves** lembrou a composição do IDEB e que,  
74 dependendo dos dados analisados, o panorama pode não ser real. **Fernanda**  
75 **Evangelista** comentou que se não seguir a risca a legislação, de fato haverá divergência.  
76 Todos os alunos que não frequentavam eram registrados no Censo. Comentou que se o  
77 aluno teve apenas uma presença, esta é computada como frequência escolar. Sabe-se  
78 que há escolas que computavam dados de alunos que não frequentavam mais as aulas.  
79 Informou que foi encaminhada nota técnica para a escola e que cabe ao responsável legal  
80 do aluno matriculá-lo na instituição de ensino. Ressaltou que não pode inserir no Censo  
81 quem não existe. Nesse viés, o **Conselheiro Oscar Alves** lembrou a importância do  
82 SERE para entender o que ocorreu na ocasião da implantação do novo formato da  
83 Educação de Jovens e Adultos. Quando o SERE foi implantado e os dados foram  
84 migrados do Sistema Estadual de Jovens e Adultos (SEJA) para aquele Sistema,  
85 apareceram alunos “fantasmas”. Disse que lamentavelmente existem diretores que  
86 matriculavam os alunos que não frequentavam as aulas apenas para segurar o porte da  
87 escola e distribuir aulas para os docentes. Disse que no SERE foram inseridos os dados  
88 reais. Assim, em aproximadamente três a quatro meses, foi verificada a redução no  
89 número de alunos matriculados (havia escolas com muitos alunos registrados). Em  
90 seguida, **Fernanda Evangelista** explicou que aluno sem frequência não é aluno excluído,  
91 como foi veiculado na imprensa, e sim aluno matriculado que não está indo mais para a

92 escola. Nesse sentido, cabe à instituição de ensino fazer um trabalho de resgate do  
93 discente. A **Conselheira Ana Seres Trento Comin** comunicou que em cursos  
94 profissionais subsequentes a taxa de evasão é maior do que a da Educação de Jovens e  
95 Adultos. A **Conselheira Gilmara Ana Zanata** comentou que em municípios menores não  
96 há muita desistência, o que talvez se deva ao fato de os alunos receberem alimentação.  
97 Nesse sentido, o **Presidente João Carlos Gomes** comentou que nos centros urbanos há  
98 maior dificuldade em chegar no início das aulas em decorrência do tempo despendido  
99 para o percurso, o que muitas vezes inviabiliza a frequência dos alunos. **Fernanda**  
100 **Evangelista** inferiu sobre a necessidade de melhorar muitos pontos e comentou que o  
101 novo Ensino Médio já está sendo contemplado e que o Sistema possui capacidade para  
102 atender a todas as escolas. Ela explicou que o SERE não foi programado para fazer o  
103 registro por disciplina, contudo há instituições de ensino particulares que realizam o  
104 registro desta forma. No entanto, isso não é aceito pelo Censo, assim os dados precisam  
105 ir fechados. O **Conselheiro Oscar Alves** lembrou que quando foi aprovada a mudança do  
106 formato da EJA para semestral, ocorreram manifestações. Hoje, as Diretrizes exigem que  
107 o curso seja semestral ou por módulo e não por disciplina. Lembrou que existe um  
108 impacto que é mais sério: o Fundeb, pois o repasse da verba é por matrícula. Atualmente,  
109 o controle de matrícula e frequência é mais rigoroso, o que culminou com a diminuição  
110 das matrículas fantasmas. A **Conselheira Ana Seres Trento Comin** questionou sobre o  
111 repasse do Fundeb e a servidora da SEED **Fernanda Evangelista** comunicou que foi  
112 feita reunião com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio  
113 Teixeira (INEP) e citou que a educação só pode ser totalmente presencial ou totalmente a  
114 distância, não existe semipresencial. A **Conselheira Naura Nanci Muniz Santos**  
115 comentou que o CEE/PR precisa acessar os dados do SERE. Sobre isso, **Fernanda**  
116 **Evangelista** ressaltou que o perfil do CEE/PR está restrito, mas que será revisto. Para  
117 isso, o CEE/PR precisa informar a quais dados querem ter acesso. Ela comentou, ainda,  
118 que existem escolas que inserem alunos sem frequência no Educacenso. Informou que é  
119 feita uma intervenção para sanar a situação. Em média, são visitadas 300 escolas por  
120 ano. Informou que o Paraná é o segundo estado que mais migra dados, perdendo apenas  
121 para São Paulo, e que existem 2,3 milhões de alunos registrados no SERE. **Fernanda**  
122 **Evangelista** comentou que apesar de o corte ser feito em maio, em setembro é possível  
123 fazer a retificação dos dados no Sistema, pois estes são enviados em dezembro para o  
124 Fundeb. Assim, o relatório precisa ser fechado sempre em dezembro. Os dados para  
125 distribuição das provas são enviados em julho. O **Conselheiro Oscar Alves** questionou  
126 se o relatório fica disponível. **Fernanda Evangelista** informou que sim. O Coordenador de  
127 Registros do Departamento de Governança de Dados Educacionais da Secretaria de

128 Estado da Educação, **Flávio de Melo Faversani**, informou que foi realizada uma iniciativa  
129 piloto para que os municípios utilizassem o SERE. Como resultado, 130 instituições da  
130 Rede Privada de Curitiba foram inseridas no Sistema. Após dirimidas todas as dúvidas, o  
131 **Presidente João Carlos Gomes** agradeceu a participação e a contribuição dos  
132 servidores da SEED, que se ausentaram em razão de outros compromissos assumidos  
133 anteriormente. Em continuidade, o **Conselheiro Flávio Vendelino Scherer** informou que  
134 amanhã haverá reunião da Comissão do Ensino Religioso, às 16 horas. Assim, sugere  
135 que a reunião das Câmaras inicie mais cedo para que os membros sejam liberados.  
136 Sobre isso, a **Conselheira Ana Seres Trento Comin** comentou que será encaminhada  
137 consulta ao Conselho Nacional de Educação sobre o questão do Ensino Religioso e que  
138 não sabe quanto tempo levará para retornar a resposta a este Órgão. Assim, sugere que  
139 as reuniões sejam mais espaçadas. O **Presidente João Carlos Gomes** ressaltou que os  
140 trabalhos das comissões precisam ter uma etapa terminativa para gerar um documento,  
141 que deve ser encaminhado ao Conselho Pleno. Nesse sentido, lembrou que já foram  
142 realizadas oito reuniões daquela Comissão e que foram liberadas mais três reuniões para  
143 a finalização dos trabalhos. O **Conselheiro Flávio Vendelino Scherer**, Presidente da  
144 predita Comissão, comunicou que a minuta do documento que será enviado ao Conselho  
145 Nacional de Educação está pronta. A **Conselheira Ana Seres Trento Comin** comunicou  
146 que após a resposta da consulta ao Conselho Nacional, será encaminhado o documento  
147 ao Conselho Pleno. A Conselheira ressaltou ainda sobre a impossibilidade de a Comissão  
148 realizar uma reunião com a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação  
149 (UNCME) e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) em  
150 decorrência da não disponibilidade de maior quantitativo de reuniões da Comissão. Nesse  
151 sentido, a **Conselheira Ozélia de Fátima Nesi Lavina** comentou que a reunião com as  
152 duas instituições pode ser realizada de forma extraoficial, pois acredita ser importante a  
153 troca de opiniões com as referidas entidades, uma vez que restam apenas duas reuniões  
154 para a Comissão finalizar os trabalhos. Nada mais tendo a tratar, agradeceu a  
155 participação de todos e encerrou a reunião às 12 horas.

A presente ata é registro fiel do ocorrido na sessão acima identificada e foi lavrada por mim, Barbara Alvim, servidora do CEE/PR, que assino com o Senhor Presidente João Carlos Gomes e os(as) Senhores(as) Conselheiros(as).

156